

Minhas experiências como editor e autor de revistas de história (com referência particular a Past & Present)

*My experiences as editor and author in history journals
(with a special emphasis in Past & Present)*

Alan Knight

Professor emérito, University of Oxford; bolsista, St. Antony's College.
2 Haslemere Gardens
OX2 8EL – Oxford – Inglaterra
alan.knight@lac.ox.ac.uk

KNIGHT, Alan. Minhas experiências como editor e autor de revistas de história (com referência particular a Past & Present). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.4, out.-dez. 2016, p.1229-1237.

Resumo

Este texto registra minhas ideias sobre o trabalho editorial realizado em revistas acadêmicas da área de história, com especial atenção à produção sobre América Latina. Tais reflexões se baseiam na minha participação no comitê editorial de *Past & Present* – uma das principais revistas de história do mundo –, em minha pesquisa nos arquivos dessa revista e no meu conhecimento dos processos de avaliação e edição de artigos em revistas dedicadas à história da América Latina.

Palavras-chave: Alan Knight (1946-); *Past & Present* (periódico); história; publicação científica.

Abstract

This text registers my thoughts on the editorial work done in academic journals in the area of history. These are made with special attention to the production on Latin America. The basis of my reflections are my participation in the editorial committee of Past & Present, one of the main history journals in the world, my research on the archives of this journal, and my knowledge of the processes of review and edition of journals devoted to Latin American history.

Keywords: Alan Knight (1946-); *Past & Present* (journal); history; scientific publication.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016000400010>

Nota do editor

O renomado professor Alan Knight, da Universidade de Oxford – ganhador do prestigioso prêmio Albert Beveridge, da American Historical Association, entre outros, e apreciado e lido por suas obras sobre a Revolução Mexicana –, foi palestrante do *workshop* internacional “Desafios de revistas interdisciplinares: experiências do Reino Unido, Brasil e América Latina em história, ciências sociais e humanidades”, realizado entre 22 e 24 de junho de 2016 graças ao apoio da British Academy e à colaboração do *Journal of Latin American Studies*. O evento realizou-se na Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, no Rio de Janeiro, com a participação de editores de Inglaterra, Brasil e outros países latino-americanos. No encontro, o professor Knight leu a seguinte apresentação, que resume suas ideias sobre revistas de história e experiências valiosas como membro do conselho editorial da *Past & Present*, uma das principais revistas de história do mundo.

Marcos Cueto



Para começar, utilizo uma metáfora despropositada: as revistas de história são o sangue vital e um barômetro indicador da historiografia acadêmica ou profissional. Ao dizer isso, mantenho a distinção convencional entre a história feita por profissionais – normalmente nas universidades, conforme as regras acadêmicas –, e a história “popular”, mais atraente. Na realidade, há uma terceira categoria: a história “oficial”, também com potencial de alcance; os livros escolares são o caso mais óbvio. O Estado revolucionário mexicano do passado, assim como o Estado chinês atual, era/é uma máquina produtora de história oficial com traços revolucionários e nacionalistas. No México, essa produção oficial praticamente chegou ao fim;¹ em 2010, a precária celebração do (bi)centenário da Independência e da Revolução de 1910 revelou que o mercado tem substituído o Estado, não necessariamente com resultados positivos, na medida em que as obras tradicionais da mitologia oficial – às vezes densas, mas fundamentais – cederam espaço para as publicações superficiais e de gosto duvidoso, vendidas em livrarias de aeroportos ou cadeias como a Sanborns,² que se vangloriam de derrubar antigos mitos. Mitos esses que nenhum historiador sério tem levado a sério já há muitos anos.³

É evidente que a distinção entre a história profissional/acadêmica, de um lado, e a popular/comercial, de outro, não é absoluta. Há livros e historiadores que cruzam a barreira, mas são muito poucos, já que a história profissional/acadêmica não tem – e provavelmente jamais terá – um alcance amplo e popular; ao passo que a história popular/comercial – grande parte da qual trata, pelo menos na Grã-Bretanha, da história das guerras ou dos Grandes Homens (e umas poucas Grandes Mulheres) – não se enquadra nos parâmetros da metodologia acadêmica

¹ GILBERT, Dennis. Rewriting history: Salinas, Zedillo and the 1992 textbook controversy. *Mexican Studies/Estudios mexicanos*, v.13, n.2, p.271-97, 1997.

² Cadeia mexicana de lojas e restaurantes, pioneira do consumismo da classe média.

³ KNIGHT, Alan. The myth of the Mexican Revolution. *Past and Present*, n.209, p.223-273, 2010.

quanto a estilo, pesquisa de arquivo, bibliografia e citações. E, ousou dizer, nunca se enquadrará, apesar dos esforços das equipes editoriais acadêmicas para popularizar suas publicações (o que em inglês se chama *dumbing-down* (algo como “simplificar para comercializar”).⁴

Mais que os livros, as revistas de história representam, repito, o sangue vital e o barômetro dessa história profissional/acadêmica. Os leitores são poucos (a *Past & Present*, a partir de agora chamada de *P&P*, é um caso incomum, já que conta com cerca de cinco mil assinantes, dos quais 80% *on-line*), e as revistas costumam depender das compras feitas por bibliotecas (principalmente das de universidades) e de subsídios também universitários (por exemplo, a revista *Hispanic American Historical Review* tem o apoio da editora da Duke University). Evidentemente, os autores não cobram – seus artigos são um bem público –, se é que não pagam pelo privilégio de serem publicados, conforme o novo regime de “acesso aberto” (o qual abordarei no final da minha apresentação). Ou seja, a economia das revistas, com seus subsídios e insumos gratuitos, é algo incomum no mundo capitalista atual, que segue em muitos países um estilo neoliberal.

No entanto, as revistas são fundamentais porque oferecem um fórum para pesquisas inovadoras, impulsionando, assim, carreiras e, talvez, “o conhecimento”. As revistas de história talvez não desfrutem do prestígio e da influência que possuem seus equivalentes científicos e científico-sociais (por exemplo, a *Nature*, o *British Medical Journal* ou a *American Political Science Review*), em parte porque os historiadores – e aqueles que avaliam os historiadores – continuam considerando o livro, geralmente a monografia de um único autor, como a chave para o sucesso acadêmico. Entretanto, grande parte da produção histórica consiste em artigos de revistas (os quais muitas vezes reencarnam na forma de capítulos de livros levemente disfarçados); alguns poucos artigos alcançam o cobiçado *status* de “seminais”, desfrutando de uma influência muito além de seu tamanho. *P&P* pode gabar-se de alguns deles: como os dois artigos de E.P. Thompson sobre a economia moral da multidão inglesa e sobre a disciplina de tempo e trabalho da indústria capitalista;⁵ no meu caso, foi o artigo seminal de Gallagher e Robinson sobre o imperialismo do livre comércio publicado em 1953, de apenas 15 páginas, que me encaminhou para a história da América Latina.⁶

Os artigos de revista também podem provocar respostas e debates, estimulando, assim, a circulação do sangue vital historiográfico. Um bom exemplo, também retirado da *P&P*, seria o debate sobre a chamada “crise geral do século XVII”, que provocou a elaboração de

⁴ Surge a pergunta: os novos meios eletrônicos (*blogs* e *websites*) servirão para difundir o conhecimento acadêmico de forma muito mais ampla no futuro? Tenho minhas dúvidas, não tanto em relação a fatores econômicos (custo e acessibilidade), mas pelo caráter e pela complexidade desse tipo de conhecimento. O mesmo se aplica a outras disciplinas: as ciências sociais (por exemplo, a antropologia, a economia e a ciência política), sem falar das ciências exatas (como é o caso de biologia, química e física). É evidente que os novos meios poderão difundir resumos da pesquisa e dos debates atuais; no entanto, como é sabido, os resumos são outra coisa, e muitas vezes são considerados superficiais e, inclusive, enganosos.

⁵ THOMPSON, E.P. The moral economy of the English crowd in the eighteenth century. *Past & Present*, n.50, p.76-136, 1971; THOMPSON, E.P. Time, work-discipline and industrial capitalism. *Past & Present*, n.38, p.56-97, 1967.

⁶ GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. The imperialism of free trade. *Economic History Review*, v.1, n.6, p.1-15, 1953. Além de sua brevidade, o artigo é notável pelo estilo eloquente e pela ausência de uma teoria econômica sofisticada, duas virtudes que hoje em dia são raramente encontradas nas chamadas revistas “econômicas”.

vários artigos e, por fim, de um livro).⁷ Os artigos de revisão, que revisitam e comentam um campo de pesquisa específico, também contribuem para o avanço, de forma lateral e indireta (caminhando de lado como um caranguejo), da dialética historiográfica (suponho que a historiografia avança, sim, embora de forma menos direta que as ciências exatas.) Os artigos também facilitam uma circulação mais rápida de ideias (nem todas acertadas, evidentemente); revistas como a *Bulletin of Latin American Review* são abertas a “trabalhos-em-progresso”, inclusive de pesquisadores mais jovens; desse modo, as revistas possibilitam a divulgação de novas pesquisas, antecipando-se à lenta produção monográfica. A meu ver, há muitos temas históricos que são mais apropriados para o formato de artigo – formato esse que, na venerável tradição de ensaístas como Bacon e Montaigne, Hume e Carlyle, se presta a ter um argumento preciso em torno de uma questão particular (como, por exemplo, a economia moral da multidão inglesa ou o imperialismo do livre comércio). Os livros tendem a ser mais prolixos, mais discursivos, mais obesos.

Proponho aqui um “tipo ideal” de artigo, que muitos deles, sendo míopes, pesados e carentes de conclusões claras, não conseguem sê-lo. Mas muitos livros também são assim (um bom – ou melhor, mal – exemplo é a obra do conhecido historiador inglês especialista em América espanhola Hugh Thomas, ou, utilizando seu título honorífico completo, Lord Thomas de Swynnerton, que, sendo prolixo, descritivo e indecorosamente tradicional, demonstra que às vezes a historiografia pode retroceder em vez de avançar).⁸

Em vista da rápida circulação de produtos (quer dizer, da submissão à publicação: um assunto fundamental em toda revista), as revistas oferecem um bom barômetro para as efêmeras modas historiográficas. Em outra apresentação, escrita para um colóquio em Bogotá em 2013, tracei a trajetória da *P&P*, ressaltando uma mudança clara (mas nada surpreendente) em direção à história cultural dos anos recentes, assim como uma expansão da história moderna (em vez da antiga, medieval ou “pré-moderna”); expansão essa que é em parte determinada pelo simples fato de que desde a fundação da *P&P*, em 1952, o período moderno (quer dizer, pós-1789) aumentou 64 anos, ou seja, 28%.⁹ Quanto a mudanças quantificáveis, fica claro que a revista tornou-se mais volumosa, do mesmo modo que os artigos individuais e, sobretudo, as citações. Praticamente enfrentamos uma crise de

⁷ ASTON, Trevor (Ed.). *Crisis in Europe, 1560-1660: essays from Past and Present*. London: Routledge and Kegan Paul, 1965. Apesar de esse volume ter como enfoque a Europa, a revista publicou artigos que também tratavam da “crise geral do século XVII” na América Latina, particularmente, no México/A Nova Espanha. Vale mencionar que Trevor Aston, coordenador desse volume, foi durante muitos anos (inclusive naqueles em que pesquisei no arquivo da revista) o editor principal da *Past & Present* e, portanto, o responsável pela vasta correspondência com autores e outros membros da revista; tarefa trabalhosa – como mencionarei – que foi cumprida de forma meticulosa e empenhada.

⁸ Dois exemplos: THOMAS, Hugh. *Conquest: Moctezuma, Cortés and the fall of old Mexico*. New York: Simon and Schuster, 1993; THOMAS, Hugh. *Who's who of the conquistadors*. London: Cassel, 2000. Vale mencionar que seu primeiro livro de história, *The Spanish Civil War* (London: Eyre and Spottiswoode, 1961), tinha e ainda tem muitos méritos. No entanto, de forma geral, suas obras e a análise de sua carreira como historiador indicam que ele não chegou a se envolver com a cultura e a vida da América Latina e relutou a passar um tempo no continente para realizar suas pesquisas. Como se diria ironicamente no inglês do século XIX: “perhaps the air of Latin America did not agree with him”.

⁹ KNIGHT, Alan. Las revistas históricas y América Latina: una perspectiva europea/inglesa. *Anuario Colombiano de Historia Social y del al Cultura*, v.40, n.1, p.67-97, 2013.

obesidade historiográfica. Os títulos dos artigos também se tornaram mais prolixos, literários, às vezes pretenciosos e, portanto, obscuros. Tudo isso apesar dos repetidos compromissos por parte do conselho editorial para estimular artigos mais curtos, incisivos e com títulos simples e prosaicos.

Um resumo recente das publicações da *Hispanic American Historical Review*, feito por Eric Van Young, o historiador latino-americanista da Universidade da Califórnia-San Diego, demonstra uma trajetória um tanto parecida. Em particular, o compromisso inicial da história com as elites, constituições e feitos políticos (a norma durante a primeira metade do século XX) deu lugar a perspectivas mais socioeconômicas, desde baixo e da periferia. Portanto, os camponeses e operários, rebeldes e bandidos substituíram os reis, vice-reis, militares e heróis republicanos); enquanto desde 1980 (mais ou menos) a história cultural decolava, contribuindo com uma maior ênfase em gênero, religião, lazer e identidade.¹⁰

É evidente que essa trajetória não foi tão simples. Em vez de pensarmos em ondas sucessivas, cada uma substituindo a anterior, talvez faça mais sentido imaginar um processo de sedimentação, em que novos estratos são colocados em cima dos mais antigos, que permanecem meio cobertos. E às vezes a volúvel moda historiográfica fomenta a escavação de velhos estratos: é assim que temos visto o renascimento recente da história político-eleitoral do século XIX, um produto tanto dos novos paradigmas interpretativos como da (re)democratização da América Latina. Do mesmo modo, a nova mania de uma história “transnacional” muitas vezes implica um retorno à história internacional – inclusive diplomático! – de outrora, apesar de disfarçada com uma nova terminologia da moda. Sem dúvida, um resumo dos livros monográficos (por exemplo, a lista da editora da Duke University) ostentaria tendências parecidas, mas as revistas oferecem uma forma particularmente útil e eficiente de medi-las ao longo do tempo.

Uma última razão é que as revistas são exemplos por excelência daquilo que Jack Hexter chama de “avaliação por pares”,¹¹ por meio da qual os historiadores avaliam o trabalho de seus colegas ou “pares”, atuando assim como porteiros (do inglês, *gatekeepers*) e talvez como guardiões do controle de qualidade. É evidente que os manuscritos de livros também são avaliados; embora eu tenha a impressão de que a avaliação de livros é mais subjetiva, e os próprios autores às vezes possam influenciar no processo, coisa rara no caso das revistas. Além disso, as editoras universitárias, apesar de seu suposto compromisso com a investigação desinteressada, preocupam-se cada vez mais com suas vendas e perfil, portanto se esforçam para tratar de temas e enfoques da moda – por exemplo, a história cultural, a história transnacional –, muitas vezes com seus jargões particulares, pouco compreensíveis; ao mesmo tempo que insistem em manuscritos mais curtos, mais acessíveis, às vezes – utilizando a expressão em inglês – *dumbed-down* (em português: “intelectualmente empobrecidos”). Pelo menos é assim que vejo o panorama nos EUA, a principal fonte anglófona de história da América Latina. As coisas são diferentes, por exemplo, no México, onde, por experiência própria, as editoras (principalmente universitárias) dão mais autonomia ao autor e ao

¹⁰ VAN YOUNG, Eric. Two decades of anglophone writing on colonial Mexico. In: Van Young, Eric. *Writing Mexican history*. Stanford: Stanford University Press, p.83-126, 2012.

¹¹ HEXTER, J.H. *Doing history*. London: Allen & Unwin, p.82, 1971.

pesquisador – não pedem mudanças nos textos (apenas correções específicas) e se preocupam menos com o impacto de suas publicações no mercado.

Em contraste, as revistas são coordenadas e controladas por acadêmicos mais ou menos autônomos (a não ser que seus mecenas editoriais armem um golpe de Estado, como ocorreu em 2009 no *The Journal of Peasant Studies*). É certo que a *P&P* – assim como outras revistas que conheci em primeira mão, como o *Journal of Latin American Studies* – é uma entidade autogovernada, dirigida pelos próprios acadêmicos. De fato, a *P&P* é um caso incomum, no sentido de estar constituída como uma espécie de cooperativa de operários, em que todos os manuscritos recebidos são avaliados internamente, “em casa”, pelos membros do comitê editorial (formado por menos de trinta pessoas), e muito raramente são enviados para gente de fora. Considerando que a *P&P* cobre a história do mundo todo, desde a antiguidade até a história contemporânea (algo raro entre as revistas, sendo a francesa *Annales: Histoire, Sciences Sociales* outro caso especial), isso quer dizer que precisamos ler e avaliar muito além de nossos próprios campos de conhecimento “experto”. Portanto, costumo ter de avaliar artigos que tratam de Índia, China, África e EUA – não me deixam nem tocar em assuntos da Inglaterra ou da Europa –, mas acredito que essa responsabilidade tem ampliado meus horizontes e me proporcionado certa terapia intelectual.¹²

A justificativa para esse procedimento é que existe uma categoria de “artigo ao estilo *P&P*”, que, como um bom vinho tinto Beaujolais, os *cognoscenti* podem detectar e apreciar, mesmo quando se trata de campos de pesquisa tão diversos. Talvez essa justificativa seja um pouco nebulosa, mas tem um mérito indiscutível: um “artigo ao estilo *P&P*” quer dizer que pode interessar e ser lido pelo mítico “leitor geral”, não apenas por especialistas, e que não se perde em pequenezas bibliográficas nem apresenta uma carga pesada de jargões. Não estou afirmando que somos sempre bem-sucedidos nesse louvável objetivo, mas defendo tanto o princípio como a prática, já que – a meu ver – um dos pecados notáveis da historiografia (acadêmica) atual, que se nota claramente em certas revistas, é sucumbir a modas interpretativas – muitas vezes passageiras – e cair nos jargões correspondentes. Nesse caso, a autonomia acadêmica não garante a qualidade; pelo contrário, há revistas que exercem seu papel de porteiros promovendo os enfoques historiográficos preferidos e caindo em uma espécie de sectarismo ligado à antiga prática da patronagem (“premiar os seus amigos e castigar seus inimigos”, como recomendou o norte-americano Sam Gompers no final do século XIX. No entanto, ele era líder sindical, não um historiador acadêmico).

Temos visto como, nas ciências sociais, o papel de “porteiro” das revistas acadêmicas pode influenciar tanto nas oportunidades de vida dos indivíduos como na trajetória geral das disciplinas (como a ciência política). A história tende a ser – em termos metodológicos – menos dogmática e, em muitos casos, não necessita de um vocabulário especializado e muito menos de jargões inacessíveis (o que quer dizer que os jargões dos historiadores – comparados, por exemplo, aos dos economistas, isso sem falar dos físicos – são muitas vezes gratuitos e servem para ofuscar, não para esclarecer; e ao mesmo tempo servem para identificar

¹² Nesse contexto, vale mencionar que apesar de a *P&P* não ser uma revista autodesignada “multidisciplinar”, também publica artigos antropológicos (escritos por antropólogos), e, dada a amplitude de seu conteúdo histórico, ao longo do tempo e das culturas, muitos de seus artigos, além do caráter “histórico”, incluem dimensões antropológicas, sociológicas, arqueológicas e econômicas (mas, nem preciso dizer, não econométricas).

tribos ideológicas, cada uma com seus ídolos tribais). Sendo assim, minha conclusão seria que devemos resistir ao jargão e ao sectarismo, questionar a *nouvelle vague*, especialmente quando carece de precisão, e, de forma contrária, favorecer a diversidade, tanto de tema, cronologia/espço, como de enfoque metodológico – ou seja, história política, econômica, social, cultural, internacional etc. A história deve ser, e geralmente pode ser, acessível ao “leitor geral” (o objetivo da *P&P* que mencionei), e a clareza deve ser uma meta essencial para todo historiador, por mais acadêmico ou profissional que seja. Nesse sentido, creio que a *P&P* tem tido bastante êxito (não vou mencionar outras revistas que a meu ver fracassaram, mas gostaria de ressaltar que as duas principais revistas latino-americanas no Reino Unido – *Journal of Latin American Studies* e *Bulletin of Latin American Research* – também têm uma trajetória louvável). Essa é uma maneira de dizer que as falhas que mencionei são mais óbvias nos EUA, onde, paradoxalmente, a suposta cultura de um “individualismo robusto” se situa um tanto desconfortável ao lado de uma academia em que o modismo, o jargão e o pensamento coletivo são evidentes e, em certa medida, fomentados pelo processo de avaliação anônima das revistas acadêmicas (eu poderia citar alguns casos pessoais assustadores, mas preferi não o fazer).¹³

Volto, finalmente, para certos aspectos práticos das revistas. Para isso, conto com a minha experiência de primeira mão na *P&P* (25 anos no comitê editorial), além da pesquisa que fiz no volumoso arquivo da mesma revista (quase 400 caixas), que se encontra na Biblioteca Bodleian da Universidade de Oxford. Dado o tamanho do arquivo, escolhi vários artigos sobre a América Latina; em parte para analisar o processo de avaliação (por exemplo, durante os anos 1960 e 1970), em parte para indagar por que publicamos poucos artigos latino-americanos, e para entender se tal escassez reflete uma falta de interesse ou, pior ainda, um preconceito com a história latino-americana (ou “periférica”). Falo isso porque assim me perguntaram no colóquio em Bogotá antes mencionado. Minha conclusão foi que tal preconceito não existia (tampouco existe agora); a pouca publicação refletiu-se na pouca oferta de manuscritos dedicados à América Latina, que, por sua vez, provavelmente derivou da percepção de que a *P&P* é uma revista especializada na história da Europa pré-moderna. Tal percepção (que também existe nos EUA) é correta; ou melhor, era correta, mas se manteve mesmo quando – como mencionei – essa ênfase diminuiu (à medida que a história moderna e a história contemporânea superaram a pré-moderna), e nossa publicação no campo da

¹³ Quando enviei um artigo a uma revista de história latino-americana (muito renomada), os três avaliadores chegaram a uma decisão marcadamente dividida (em inglês, *split decision*, como nas lutas de boxe): dois a favor, um contra; mas contra de uma maneira contundentemente áspera e depreciativa (“melhor enviá-lo para uma revista literária”, e outras coisas do tipo). Claro, como foi impossível conciliar os julgamentos opostos, o editor – pessoa sensata e séria – sugeriu que o crítico escrevesse uma versão de seu parecer para publicá-lo na revista, dando a mim a oportunidade de responder o ataque, sugestão que aceitei prontamente. Mas quando o crítico (vamos chamá-lo de um nome fictício: professor J. Deere) produziu sua versão “pública”, essa foi um tímido reflexo do original, de tom suave, que propunha nada mais que uma leve matização do meu argumento (para continuar com as metáforas pugilista, “ele jogou a toalha”). Claro, respondi, não vale a pena entrar em um debate público por causa de um disparo de arma de brinquedo (entre outras coisas, o público não entenderia o porquê do debate). Minha ideia foi responder o disparo original (e anônimo). Mas, destituído de seu anonimato, o professor Deere não tinha a mesma vontade; portanto, o debate nunca aconteceu. Essa história sugere (a) que o anonimato permite disparates um tanto caprichosos; (b) que o sistema de “avaliação por pares”, apesar dos muitos méritos, não é infalível (poderíamos citar as palavras de Winston Churchill sobre a democracia: “é o pior sistema, se não fossem todos os demais que já experimentamos”) e (c) o bom senso do editor é fundamental em qualquer revista.

América Latina aumentou um pouco, em parte porque o tamanho da revista aumentou: na última década, publicamos 15 artigos sobre a América Latina, isso é 1,5 por ano (calculo que as revistas *Journal of Latin American Studies* e *Bulletin of Latin American Research*, especializadas em América Latina, publicam oito vezes mais artigos sobre história). Vale mencionar que há uma tendência parecida – modesta mas promissora – em relação à história norte-americana.

Uma segunda pergunta que me fizeram em Bogotá foi: por que a *P&P* não conta hoje em dia com esse grande grupo distinto de historiadores que ostentava há algumas décadas (Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Lawrence Stone, John Elliott etc.). A resposta óbvia é que, como disse Keynes, afinal de contas todos estaremos mortos (desses cinco, o único que ainda vive é Elliott, aposentado mas ainda ativo; Hobsbawm morreu há quatro anos, aos 95 anos). Esse inevitável ciclo geracional tem, no caso da *P&P*, uma dimensão, digamos assim, paradigmática. A revista nasceu como uma ramificação do Grupo de Historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha, do qual Hill, Thompson, Hobsbawm e outros foram membros (Hill e Thompson deixaram o partido em 1956, depois do “discurso secreto” de Khrushchev no qual criticava Stalin e a invasão da Hungria, mas Hobsbawm continuou). Portanto, a revista tinha a princípio um caráter claramente esquerdista e marxista (apesar de que sempre foi um marxismo flexível e aberto), mas o conteúdo marxista logo se diluiu (o abandono do lema “uma revista de história científica”, em 1958, foi um indício) e, à medida que o corpo editorial cresceu e renovou-se, ficou mais diverso, tanto em termos ideológicos quanto nacionais. Também se tornou mais respeitável, adquiriu um punhado de *sirs* (isto é, pessoas com o título de cavaleiro) e agora tem um retrato coletivo de vários veteranos pendurado na National Portrait Gallery em Londres. No entanto, a revista ainda mantém uma imagem um tanto progressista (hoje em dia, talvez mais liberal do que socialista ou marxista) e, como mencionei, mantém-se fiel a sua noção de artigo “ao estilo *P&P*”, acessível ao “leitor comum”, e que trata de temas amplos, em vez de pequenezas acadêmicas.

A mecânica de publicação mudou bastante ao longo da vida institucional da *P&P* (ou seja, desde 1952): a comunicação eletrônica substituiu a lentidão do correio postal, com seus atrasos e riscos de cartas extraviadas. Do mesmo modo como os artigos se tornaram maiores, mais densos e detalhados (o que não quer dizer melhores), o processo coletivo de avaliação também ficou mais elaborado e prolixo (muitos dos fundadores eram notavelmente concisos – para não dizer rudes – em suas avaliações); há ainda uma maior diversidade no comitê editorial – no início era uma espécie de eixo Oxford/Londres, mas hoje em dia conta com representantes em EUA, Holanda, Alemanha e Israel.

Mas são as continuidades que me chamam atenção (independentemente do novo contexto tecnológico). A necessidade de “publicar ou perecer” é mais exigente nos dias de hoje, e em todas as partes do mundo, ampliada pelos sistemas nacionais de avaliação, como em Reino Unido, México e Colômbia – sistemas que às vezes combinam certo dirigismo de cima com avaliações um tanto arbitrárias feitas por gente não tão qualificada. Mas fica claro (nos documentos do arquivo da *P&P*) que os autores sempre se impacientaram com atrasos e críticas, enquanto os editores sempre lutaram contra avaliadores demorados e às vezes claramente inconsistentes. Cheguei a três conclusões com minha pesquisa nesse arquivo, que talvez sejam óbvias: o trabalho do editor é difícil e ingrato; mesmo a fina flor e a nata da

profissão podem ser muito falíveis; e a luta para alcançar a clareza, a concisão e a acessibilidade é tão antiga quanto a revista – ou seja, uma luta contínua.

A consideração final tem a ver com o “acesso aberto”. A meu ver (e não sou nenhum especialista, mas consultei os especialistas), isso não é – para a *P&P* – um problema sério. Talvez a revista seja afortunada por ter uma circulação – e portanto uma receita – grande e estável (que utiliza para subsidiar a publicação de livros e manter algumas bolsas de doutorado). Não me parece que a circulação ou a receita tenham sido afetadas pelo acesso aberto (quer dizer, pelo requisito de tornar acessível, depois de um breve período, todo o conteúdo de forma gratuita). A perspectiva assustadora de autores obrigados a pagar uma cota expressiva para serem publicados não se tornou realidade. Não sei se nesse sentido a *P&P* é um caso incomum (se é, não consigo entender por quê). Não estamos nos confrontando com o “fim da civilização tal como a conhecemos”, e, de fato, o resultado – a livre circulação de nossas pesquisas – parece-me uma meta positiva. É com essa conclusão um tanto otimista que termino.



